

ATA DA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 10-02-2021.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quarenta minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 009/21 (Processo nº 0148/21), por trinta e um votos SIM e quatro votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Roberto Robaina, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Aldacir Oliboni, Moisés Barboza, Claudio Janta e Felipe Camozzato, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Karen Santos, Matheus Gomes, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 010/21 (Processo nº 0149/21), por vinte e cinco votos SIM e dez votos NÃO, após ser discutido por Roberto Robaina, Claudio Janta, Prof. Alex Fraga, Jessé Sangalli, Felipe Camozzato, Comandante Nádia, Jonas Reis, Moisés Barboza, Bruna Rodrigues, Idenir Cecchim e Airto Ferronato e encaminhado à votação por Jessé Sangalli e Roberto Robaina, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e sete minutos às dezesseis horas e oito minutos. A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 055.00001/2021-42, de autoria de Mari Pimentel, apresentando representação contra Jonas Reis por suposta infração ao Código de Ética Parlamentar. Também, foi apregoado o Projeto de Resolução nº 012/21 (Processo nº 0159/21), de autoria da Mesa

Diretora. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 102/18 (Processo nº 1103/18), após ser discutido por José Freitas, Airto Ferronato, Leonel Radde e Prof. Alex Fraga e encaminhado à votação por Felipe Camozzato. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 102/18, e foi aprovado requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 102/18. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 102/18. Às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, em cumprimento a deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que proceda à verificação de quórum para abriremos a 004ª Sessão Extraordinária e entrarmos direto na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e quatro Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 14h40min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0148/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/21, de autoria da Mesa Diretora, que altera a Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre, criando o cargo de 4º Secretário da Mesa Diretora. **(SEI 014.00006/2021-14)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Mauro Zacher: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria, e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- discussão geral nos termos do art. 126 do Regimento da CMPA;

- incluído na Ordem do Dia em 10-02-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PR nº 009/21. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores e vereadoras, este projeto da Mesa, nós vamos votar contra e vamos votar contra porque ele é um grave erro. Nós estamos, com esta votação, aumentando um integrante da Mesa Diretora após uma ação judicial que garantiu a representação da oposição. Nós temos atualmente seis integrantes da Mesa Diretora. A oposição, por proporcionalidade, tem direito a dois membros. Nós tivemos uma ação judicial onde o juiz, por cautela, definiu que, no mínimo, a oposição teria a representação de um. Bem, a presidência encaminhou uma tentativa de negociação que era uma negociação que criava mais um cargo na Mesa. Isso não é aceitável. Se a base do governo quer criar cargos na Mesa, se a Mesa quer aumentar o número de membros, ela tem que discutir isso por fora, agora fizeram essa discussão como uma gambiarra para cumprir uma ordem judicial. E quero alertar que nós tivemos inclusive liderança de governo, a vice-líder do governo chegou a dizer que não se tinha que cumprir ordem judicial, que era incorreto cumprir ordem judicial, por sinal não votou sequer na representante que o PT apresentou à Mesa. A Ver.^a Nádia não votou no nome da Laura para compor a Mesa. Então, não é possível que se aceite gambiarra deste tipo. Isso é uma gambiarra, esse é o nome. E vou dizer mais: a ação judicial fazia com que a base do governo perdesse dois cargos, porque cada membro da Mesa Diretora tem direito a um cargo, assim como a presidência de comissão tem direito a um cargo. O que a base do governo fez? A base do governo, obrigada a ceder dois cargos, começou a encaminhar projetos em que a base do governo vai ter mais três cargos. Então, é obrigada a cumprir uma ordem judicial que faz com que eles percam dois cargos, e eles criam três cargos, ou seja, ganham mais um. Mas isso é uma indecência, sinceramente! Eu não creio que a oposição... Eu acho que, de conjunto, a oposição deveria votar contra porque não tem sentido nenhum. A ordem judicial foi clara, nós temos direito a ter um membro na Mesa, nós temos direito a ter uma presidência de comissão e uma vice-presidência de comissão. Isso são órgãos de controle, órgãos de poder que a oposição, sim, tem direito de exercer. Agora, nós não temos nenhum motivo para votar projetos da base do governo que criam cargos, que acomodam os interesses de poder dessa mesma base que no dia seguinte vai estar unida, acomodada por essa distribuição de cargos, votando contra os servidores públicos e contra o povo pobre de Porto Alegre. Eu, sinceramente, em nome do PSOL, acredito que é o melhor caminho que uma oposição tem que tomar, não se comprometer com projetos desse tipo, além do mais que mudam, porque vejam só – não é o que nós vamos votar agora, mas tem um projeto da Casa, da Mesa, que tira dois cargos efetivos para que esses cargos fiquem na mão da presidência da Câmara. Então, como a presidência não pode criar despesas, nesse caso, há uma mudança. Não pode criar despesas, substitui cargos que são efetivos, por concurso, para fazer cargos que passam

a ser indicados por políticos. Eu creio que isso aí não é aceitável, essa é a verdade. Então, nós, quando votamos, inclusive, no Márcio, no segundo momento, nós votamos como um compromisso político, no sentido de que o Márcio tratou de cumprir a ordem judicial, se cumpriu a ordem judicial, no que diz respeito às decisões do juiz, mas nós não temos nenhum compromisso com o aumento de cargos, temos compromisso com o acordo que cumpria ordem judicial, mas isso não implica criar novos cargos, nem criar a sétima vaga para a Mesa, não tem porque implicar. A base do governo tem o direito de propor? Tem direito de propor, mas cria, inclusive, uma distorção maior. Porque se a oposição tinha direito a dois, numa Mesa de seis, se a Mesa é de sete, mais ainda, seriam dois, ou seja, mais próximo de dois ficaria. Portanto, com essa decisão, por sinal, a Mesa está aumentando a distorção que o Judiciário apontou, que disse, não é possível que dez vereadores, num total de 36, não tenham o direito a representação numa Mesa de seis. Aí, o juiz definiu, a oposição terá um. Mas agora está se criando mais um membro da Mesa, portanto, vamos ter sete membros, e a oposição terá apenas um, mostrando um aumento da distorção e um aumento do caráter antidemocrático do comando da Câmara Municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Vereador. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente Márcio. Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, essa pandemia está fazendo, realmente, alguma coisa na cabeça das pessoas. O vereador que aqui esteve, meu amigo – sim, meu amigo, sim, fora da política, ele tem posições diferentes -, mas ele gosta tanto de cargo, desde que seja para ele. Eu acho que ele está faltando com o respeito ao PT e ao PCdoB que, democraticamente, a maioria escolheu quem ia para a Mesa e quem seria da Comissão, da CEFOR. O Ver. Robaina, no dia de dar acordo, ele foi quase que empurrado, não foi de boa vontade. E agora ele reclama de cargos que não vão aumentar a despesa. Não aumenta a despesa, vereador. A Mesa da Assembleia quantos têm, Presidente, se o senhor puder nos socorrer?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente, dois vices, quatro secretários.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (PMDB): Quatro secretários, tem menos partidos do que aqui. E aqui, para contemplar a oposição, acho que foi justo, foi contemplada, foi feito o acordo para ser isso. E acordo é para ser cumprido até o final da votação. E eu tenho certeza de que o Ver. Robaina não é para fazer os outros partidos de “puxadinhos”, eu imagino que não seja essa a intenção de o Ver. Robaina de fazer o PT e o PCdoB de “puxadinhos” do PSOL, não. O PCdoB tem opinião, o PT tem opinião. Agora, vocês podem me dizer: “não estou te entendendo, Cecchim, você

defendendo o PT e o PCdoB? ” Não, eu estou defendendo o acordo, estou defendendo as pessoas que têm palavra. Em resposta à ação judicial? Até pode ser. Mas aqui foram votados os vereadores, a vereadora e o vereador, votados com 35 votos. E agora o Ver. Robaina propõe que essas pessoas votem contra elas mesmas? Isso não tem como, Ver. Robaina. Como é que nós vamos fazer com que a Ver.^a Bruna vote contra ela mesma? Como nós vamos fazer com que a Ver.^a Laura vote contra ela mesma? Não, aqui se faz acordo e aqui se cumpre o acordo. Nesse caso, V. Exa. tem o direito de não cumprir o acordo, naquele dia ao microfone foi dado o *o.k.* para o acordo, que estava bem claro. Até pedi, ao microfone, Ver. Robaina, esperamos a sua definição para dar esse acordo. E V. Exa., inteligentemente, naquele dia, deu acordo. Eu espero que hoje não tenha amnésia, e tenha esquecido aquilo. O senhor é um vereador muito inteligente, se tem as razões para votar contra, acho que o senhor pode fazer isso, mas os vereadores que fizeram o acordo aqui, vão cumpri-lo até o final. Muito obrigado

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Vou entrar no debate do Ver. Robaina, muitas vezes, vi o senhor debatendo pela TV Câmara e nunca tive a oportunidade, é a primeira que vou ter. Eu falei na segunda-feira, se não me engano, exatamente sobre isso, sobre a judicialização da Mesa Diretora. Só queria lembrar às pessoas que não acompanharam essa discussão, lembro que os vereadores da oposição, enquanto eu falava, alguns acenavam positivamente com a cabeça com relação às palavras que eu proferia. Lembro que um vereador do PSOL, não lembro exatamente de quem, fez a judicialização. Mas antes, durante a votação da eleição da Mesa Diretora, lembro que tinha sido feita a abertura de inscrição de chapas. E, obviamente, dentro da inscrição de chapa, a chapa tem que ter a proporcionalidade dos partidos da Casa. Especialmente sendo uma chapa de consenso, até para que os partidos maiores tenham como conceder poder também para os partidos menores, para as minorias. Como não foi aceito pelo vereador do PSOL fazer a votação por chapa de consenso, ou seja, não seguindo a proporcionalidade, como ele preferiu fazer a votação cargo a cargo, o que foi feito? Foi feita a votação para Presidente, numa disputa de um bloco e de outro bloco, vice-presidente e secretários. Ver. Leonel, não foi, não foi porque os senhores pediram que fosse feita a votação cargo a cargo. É só a gente olhar nas Atas. Então, me desmintam aqui na tribuna buscando as Atas do dia da votação da eleição. O que aconteceu foi que os vereadores da oposição escolheram a maneira de jogar o jogo. Preferiram votar cargo a cargo. Só que, tendo escolhido essa forma de jogar o jogo, perderam no voto. Escolheram a forma de jogar, perderam e, não conformados com o resultado, entraram na justiça. Daí o argumento que foi utilizado é de que não foi seguida a proporcionalidade. Ora, ou se faz a proporcionalidade por uma chapa de consenso ou se faz voto a voto. Agora, os senhores querem tutelar o voto dos

colegas vereadores que preferiram A ou B, na maioria, isso, sim, eu acho que é um ato antidemocrático. Por isso nós fomos contrários àquela decisão judicial que interferiu porque, obviamente, na hora de ler o Regimento, na hora da interpretação, o juiz não entendeu qual era o contexto em que aquilo estava acontecendo. Acho que aqui fica uma lição, inclusive, para os vereadores da base e os independentes, é que não dá para confiar em quem não é propositivo, não dá para confiar em quem não tem palavra. O que está acontecendo aqui é uma eterna ressignificação daquilo que foi dito para tentar forçar, cada vez mais, um certo ponto de vista que, obviamente, acaba prejudicando aqueles que tentam ser razoáveis na questão de acomodação de forças vivas. Infelizmente, o Ver. Robaina, mudando aquilo que foi dito na própria sessão anterior, acabou forçando a Mesa Diretora – não ele, mas a oposição e todo o contexto -, que foi dito, inclusive pelo Ver. Idenir, que seria criado não mais um cargo de gasto, um cargo simbólico aqui da Mesa, onde vai se fazer a sétima cadeira para que exista uma maior representação inclusive dos partidos de oposição. Se o que foi tratado na segunda-feira não pode ser escrito na quarta-feira, eu recomendo que não tenha mais conversa, porque, se é para ter conversa e mudar cada vez que sobe à tribuna, então não tem razão para dialogar. Vamos decidir tudo no voto e não tem diálogo, é a minha opinião.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Jessé. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/21, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; os colegas vereadores e vereadoras; o público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. A nossa bancada, juntamente com o PCdoB e o PSOL, construiu nesta Casa o bloco de oposição. Numa eleição, eu diria, intempestiva, sem dialogar conosco, foi apresentada uma chapa aqui, no dia 1º, excluindo a oposição. Ao excluírem a oposição, que se sentiu atingida por não cumprir a proporcionalidade, nós decidimos entrar na justiça. A justiça foi feita em parte, porque a justiça restabeleceu a proporcionalidade na Mesa Diretora, composta por seis membros, e nas comissões, compostas por seis comissões, dando uma vaga na Mesa e uma vaga nas comissões para a oposição. Nós achamos que a decisão foi em parte e fomos surpreendidos após a decisão, quando conversamos com o atual Presidente: para acomodar, para ter um acordo de ambas as bancadas, era preciso criar um outro cargo, outra função na Mesa Diretora, como se estabelece hoje na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, a 4ª secretaria. Ao formar a 4ª secretaria, poderia ser então conseguido um consenso para poder contemplar, em tese, aqueles que se sentiam alijados.

Nós, da oposição, avaliamos o seguinte, e o Robaina tem razão em parte: quando a eleição tem que cumprir com a proporcionalidade do desembargador, é para os seis membros. À medida que a Mesa Diretora cria uma outra função, muda-se a proporcionalidade; então passa a oposição a ter outro direito, outra possibilidade

judicializar novamente – quero só deixar claro aqui. Independente disso, a Casa recorreu daquela decisão que nós obtivemos na justiça. E aí, então, eu posso dizer o seguinte: hoje, como líder da oposição, por ser o 1º suplente do nobre e querido Ver. Pedro Ruas, que está com problema de saúde, respeitando aqui o direito de as bancadas se pronunciarem livremente, eu não vou tirar aqui a livre manifestação do PSOL de dizer que, em tese, não concorda com parte disso.

Nós, do campo da oposição – PT e PCdoB –, vamos cumprir o acordo porque percebemos... Como diz o Robaina: “O Oliboni estava com a faca no pescoço, foi obrigado a dar o acordo em parte, isto é, criando uma nova secretaria, mas não se comprometeu em não judicializar novamente”. Portanto, é bom explicar para o cidadão que está nos ouvindo que nós estamos reivindicando a nossa parte, o nosso direito de campo. Isso não impede que a gente continue lutando pela outra parte não concedida. E aí eu ouço o Ver. Jessé, num discurso deslocado, raivoso, como se nós fôssemos aqui uma oposição que não existe. Quem nos deu a legitimidade por vereador e por vereadora foi a população de Porto Alegre; quem estabeleceu o Regimento não fomos nós, isso existe há muito tempo. E isso funciona onde? Em todas as bancadas, em todas as casas legislativas. Pessoal, se nós perdermos na justiça a revisão da causa ora impetrada pela Mesa Diretora, a vida segue; não vamos aqui criar um personalismo de querer perseguir vereadores, vereadoras simplesmente porque são da bancada A ou B.

As bancadas merecem a sua proporcionalidade por uma questão de lei, regimental, aqui e em outros Parlamentos; portanto, não estamos falando nada de novo, estamos falando algo que nos dá o direito de dizer: temos a representatividade. Se a justiça não deu, vida segue; mas, nesse caso, a justiça nos deu em parte; portanto, nós temos, sim, o direito de reivindicá-la. Nada contra o acordo que tivemos que fazer na criação do espaço da 4ª secretaria, mas nada nos impede que essa abertura de diálogo nos proporcione avançar nesse aspecto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Oliboni. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/21.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em primeiro lugar, eu queria deixar claro para o vereador do PSOL, o Ver. Robaina, que o PSOL tem muita gente que não faz um discurso de guetos. Mas eu acho que o Ver. Robaina tem que parar de querer dividir os assuntos, dividir a população, dividir o plenário em guetos. Na minha opinião, é simples, e eu digo por que eu falo sobre isso: não é a primeira vez que o Ver. Robaina só fala em base ou oposição. Na outra legislatura, era oposição e base. Existem vereadores independentes nesta Casa. Fala-se sobre proporcionalidade. “Ah, a nossa bancada tem quatro vereadores”. O PSDB tem quatro vereadores. Induziram o Judiciário a um erro – eu já falei isso, vou falar publicamente. Até, Presidente Márcio, quero registrar isso para que em futuros momento possa ser

utilizado. Induziram a um erro o Judiciário dizendo que no dia 1º deste ano, na sessão legislativa, só havia um bloco registrado. Isso não é verdade. Temos um bloco de cinco vereadores: Mauro Pinheiro, Kaká D'Ávila, Ramiro Rosário, Gilson Padeiro e este vereador que está aqui falando. Então, lá na peça judiciária, já induziram ao erro no início da peça, dizendo que o único bloco registrado era o bloco de oposição, que estava fora. Pois bem, parem de dividir em guetos. “Ah, isso é a base do governo que quer”. Nós estamos falando em democracia interna do Legislativo da capital dos gaúchos; por analogia, é muito compreensível ter um número ímpar na Mesa Diretora.

Sobre a defesa do Regimento, quero responder ao Ver. Oliboni, do PT: “Ah, mas o Regimento está aí há muito tempo”. O Regimento tem que ser atualizado e corrigido em vários pontos. Não é só porque existe há muito tempo que ele não pode ser rediscutido por nós. Então eu quero deixar muito claro aqui: que sejam respeitadas as liberdades individuais. Na eleição, quando eu fui ao microfone – está registrado nos Anais da Casa –, eu disse que, quanto à questão da votação da Mesa Diretora, o PSDB ia liberar e respeitar a decisão individual e democrática de cada um dos seus vereadores. Inclusive, tivemos o Ver. Ramiro, que se manifestou livremente contra a interferência do Judiciário. Mas a nossa democracia interna permite, sim, que nós façamos revisões e analogias e tenhamos sete integrantes na Mesa. Agora, se começarem a fazer essa rediscussão sobre participação e proporcionalidade... Nós temos proporcionalidade num bloco registrado no primeiro dia com cinco vereadores, e isso não foi dito na peça, o que foi dito foi uma outra coisa. Quero registrar aqui, sim, que nós vamos votar a favor, acordo é para ser cumprido. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Moisés. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos os pares da nossa Câmara de Vereadores. Eu quero começar lembrando aos colegas algo que nós aprendemos nos bancos escolares, que a matemática é uma ciência exata. Nós podemos ter dentro da Casa, se contar blocos de quatro membros, nós podemos ter nove blocos dentro da Casa. Então, Ver. Robaina, eu acho que o senhor não pode falar só nos bastidores as coisas, depois na tribuna, exaltar as coisas que nos bastidores o senhor não fala. Vocês pediram... eu, por mim, tinha batido chapa, o tempo inteiro, é assim que se faz democracia! Agora, fica enaltecendo o Judiciário, há menos de dois meses estavam falando mal do Judiciário. Então, vocês estão num dilema agora, se vão para um lado ou para o outro; vocês propuseram o acordo, nós fizemos o acordo, a posição de vários membros desta Casa foi de recorrer. Vocês estão fechando as portas desde 1º de janeiro quando assinaram um documento dizendo onde cada um ia nas comissões. Agora, essa questão de que nós somos um bloco de dez; nós montamos mais dois blocos, e acabou, vereador. Acabou. É isso que eu quero que o senhor entenda. E outra coisa, ninguém é obrigado a fazer acordo, mas é obrigado a cumprir,

vocês fizeram um acordo, o qual eu insisti muito com vários pares desta Câmara a aceitar. Então, eu espero que, pelo menos, vocês tenham a hombridade de cumprir o acordo, depois, se quiserem, entrem na Justiça, achando que tem mais proporcionalidade - porque eu nunca vi isso, uma proporcionalidade desse tamanho, para dez. Eu encaminho aqui, para os demais membros desta Casa, de governo, independente, seja lá o que for, vamos criar os blocos, vamos criar os nossos blocos e vamos disputar as eleições, bloco a bloco, e aí vamos ver se dez valem mais do que vinte e seis. Nós refizemos o acordo. Está contemplada a oposição; o Ver. Robaina não foi contemplado, acho que é por isso que deve ser esse desacordo dele, porque ele tinha uma expectativa de ir para a Mesa, ser presidente de comissão, mas conforme os acordos internos e partidários dele, não poderia. Então, por isso agora fica enaltecendo que nós estamos manipulando. Nesta Câmara são seis membros, seis membros na Câmara, se outra gestão não tivesse coragem de mudar, nós estamos mudando, deu a coincidência de isso acontecer, como nós temos que mudar outras coisas nesta Casa, e vamos mudar. Esta nova Mesa tem o compromisso de mudar algumas coisas que estão erradas nesta Casa. E depois dão discurso, na prática, vão lá e dizem que só queriam a representação para estar presente para discutir os temas, mas o próprio vereador eu acho que se emocionou e falou dos cargos. A briga de tudo isso, para as senhoras e os senhores que estão nos ouvindo aqui, é sobre os cargos, os CCs na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Essa é a briga! É CC. Eu já participei de outras Mesas em que a oposição estava presente, e a oposição não participava, ela invadia o Plenário, a oposição desconsiderava a democracia desta Câmara de Vereadores! Agora vem com esse papo! E volto a dizer que a matemática é uma ciência exata, é exata: nove blocos de quatro e acabou com essa choradeira! Porque o PSOL tem quatro, faz um bloco com o Solidariedade, o PSB, o PL, já montamos bloco de quatro, estamos igual, Ver. Roberto Robaina; o PT tem três; pode ter bloco de quatro que seria maior que o PT; o PCdoB tem dois, bloco de quatro, seria maior do que o PCdoB. Então, eu acho que nós estamos procurando uma saída. Se os senhores não querem uma saída, voltem para o Judiciário, vocês já foram para o Judiciário na eleição passada e retrasada, voltem para o Judiciário e tentem buscar algo que vocês estão tentando buscar há quatro anos. Tiveram uma vitoriazinha agora, mas eu tenho convicção que no julgamento do mérito, no Supremo, a Justiça será feita, porque as minorias estão representadas na Câmara; bancadas nesta Casa, que são dezoito. Nós temos bancadas com o Cidadania, o Solidariedade, o PSB, o PL, que são um vereador só, nós estamos representando as verdadeiras minorias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 009/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente; quero saudar os colegas vereadores e o público que nos acompanha pela

TVCâmara e as assessorias. Eu entendo que esse tema é um tema muito caro para o Partido NOVO, desde que eu entrei nesta Câmara temos tido um compromisso de austeridade com o recurso público, fui, na legislatura anterior o vereador mais econômico desta Casa; os vereadores de Porto Alegre, na legislatura anterior, bateram recorde de economia. Aliás, foram mais de R\$ 150 milhões devolvidos à Prefeitura pela Câmara, na legislatura passada, e, neste ano, a Câmara já devolveu R\$ 7 milhões. Então, eu acho que aos poucos, a Câmara Municipal vem demonstrando o seu papel de responsabilidade e compromisso com o recurso público. Por isso que, quando o Presidente, Ver. Márcio, me ligou para falar sobre essa solução da criação da secretaria e das extinções de cargos, a minha primeira e talvez única pergunta, Presidente, foi com relação à repercussão financeira e da reorganização e, obviamente, eficiência dessa medida, a qual fui plenamente contemplado. Nós podemos estudar o projeto, entender as repercussões financeiras, entender que não haveria essa criação de despesa, e sim, é uma medida inclusive racional, do ponto de vista gerencial, já falado aqui por outros pares, do critério de desempate na Mesa Diretora, que tem seis cargos e agora passa a ter sete, portanto, teria aí um critério de desempate mais claro. Para a questão das representatividades, de 18 bancadas, aqui na Câmara, que aumentaram nesta eleição, eu gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar a Câmara por estar fazendo o seu papel de austeridade com o recurso público, de estar preocupada com a repercussão financeira e de estar imbuída num debate onde, inclusive, todas as bancadas, e aí incluo as bancadas do PT e do PCdoB que não eram bancadas que auxiliavam na legislatura anterior com tanto afinco nessa questão, agora estão contempladas com o debate, inclusive, da organização interna. E acho que essa capacidade de diálogo que tiveram os parlamentares desses partidos na construção dessa solução é uma coisa a se destacar. Obviamente, eu, o NOVO, não temos grandes similaridades, aliás, dá para contar nos dedos as vezes que votamos juntos, talvez em projetos de transparência. Agora, é preciso reconhecer a capacidade de diálogo, e efetivamente, o interesse de construir uma solução, coisa que eu não estou vendo, infelizmente, na posição do Robaina, e eu não tenho como não saudar a posição do Janta que falou aqui talvez de maneira mais objetiva e direta, que isso é uma briga por cargos. Ponto. Uma briga por cargos. O Ver Cecchim fala sobre uma tentativa de liderar partidos que não são o seu; de fazer manipular, de fazer mexer, como se fosse um mestre dos fantoches, e querer fazer com que outros partidos percam suas autonomias e hajam de acordo com o interesse do seu partido! Como se eu pudesse mandar no que a Fernanda Barth, e o PRTB, fazem; e o que o Jesse e o Cidadania fazem, no que o Pablo e o MDB fazem. Isso é um absurdo. Todos nós aqui temos autonomia, temos independência, temos um eleitorado a quem a gente presta contas. E eu fico constrangido de ver uma liderança experiente, como o Ver. Robaina – aqui nós já tivemos vários debates, sempre focado nas ideias e nas divergências – mas eu fico constrangido de ver que nós chegamos no início de legislatura onde tem uma representação mais diversa aqui na Câmara, que tem uma bancada de partidos que até então não ocupava representação aqui na Câmara, como o PCdoB, agora tendo que ser constrangidos na sua posição política porque não podem fazer acordos, porque não podem fazer a construção para aprovação de uma matéria em

que o PSOL não está contemplado – que o PSOL não tenha seu cargo. Eu, particularmente, de novo, resgato, a independência dos partidos que aqui estão e do exemplo que a Câmara vem dando de austeridade, de economia e responsabilidade para dizer que olhemos para esse passado recente e tomemos as decisões agora, pensando no que a gente vai deixar de legado para essa legislatura. Eu quero encerrar essa legislatura, esse segundo mandato como vereador, junto com meus colegas, com mais recorde de economia, com mais recorde de produtividade junto à Câmara; e com uma Câmara, enquanto instituição, que eleve seu valor para a sociedade de Porto Alegre, que eleve a sua contribuição para a sociedade de Porto Alegre, e não que fique num debate mesquinho de cargos que alguém, ou uma posição ou outra, dos 18 partidos, não estar eventualmente contemplado. Que fique claro, o NOVO não tem posição nesta Mesa Diretora, não foi de meu interesse disputar algum cargo na Mesa Diretora, mas eu me sinto muito representado por aqueles que se elegeram, não foi à toa que votei neles, com exceção daquele que não votei por um protesto da intervenção do Judiciário, a qual sigo discordando, mas respeito e acato a decisão. Fica aqui meu registro, os meus parabéns pelo encaminhamento construído, que não gera repercussão financeira, que consegue dar mais produtividade, e que em última instância consegue construir visões tão distintas para trazer em harmonia para um trabalho que nós vamos precisar para a cidade de Porto Alegre para os próximos anos. Saúdo e lamento, infelizmente, esse atrito num momento importante de votação como este projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Camozzato.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): O Ver. Cecchim, que é vice-presidente da Mesa, tem a responsabilidade de não dizer algo que não é verdade. O PSOL não deu nenhum acordo para a criação da 4ª Secretaria; isso está nas Atas, está registrado, e nós somos um partido que cumpre a palavra, mas a nossa palavra foi não dar acordo. Nós não concordamos com a criação de uma 4ª secretaria. Essa foi a nossa palavra e esse é o nosso voto. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PR nº 009/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM** e 04 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PR nº 009/21.

Vereador Claudio Janta (SD): Eu queria agradecer aqui ao vereador do PT, à bancada do PT e à bancada do PCdoB que cumprem acordos, cumpriram um acordo feito na segunda-feira. A política se faz assim, com acordos. O Ver. Oliboni ainda disse naquele momento que não precisava assinar nada, que estava assegurando, e a bancada do PT demonstrou na segunda-feira e hoje ser cumpridora dos acordos. Vereador Robaina, o senhor pode propor a criação de quatro cargos para o PSOL, não tem problema nenhum; cabe a nós aprovar ou não. Agora, volto a lhe dizer, matemática é uma ciência exata! Trinta e seis dividido por quatro, vereador, vai faltar espaço. Eu não entendo como faz uma proporcionalidade, isso o Judiciário vai lhe responder lá na frente, como faz uma proporcionalidade de 18 partidos numa Mesa Diretora em que cabem 36 – isso lá na frente o Judiciário vai lhe dizer. Já encaminhando aos demais pares desta Casa, que mesmo que a justiça nos dê a decisão favorável - e vai nos dar, já nos deu há quatro anos -, que a gente honre esse acordo que nós fizemos. Na verdade, foi um acordo, não foi a decisão judicial, que nós poderíamos simplesmente não dar quórum, já que o senhor disse que nós mandamos na Câmara, a maioria, já que o senhor acha que o governo manda na Câmara, nós poderíamos não dar quórum - segunda-feira, hoje e semana que vem até vir a decisão da justiça. Então, eu quero lhe dizer que nós cumprimos o acordo, e já encaminho para nós continuarmos cumprindo esse acordo, mesmo a decisão vindo favorável à Mesa, à Câmara, que a gente mantenha esse acordo firmado na segunda-feira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0149/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/21, de autoria da Mesa Diretora, que extingue cargos efetivos, cria cargos em comissão no Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Câmara Municipal de Porto Alegre, constante na Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores. **(SEI 014.00007/2021-51)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Mauro Zacher: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria, e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 10-02-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Claudio Janta.

Em discussão o PR nº 010/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura do PR nº 010/21.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde. Foram ouvidas tantas coisas aqui, absurdas, sinceramente. Fez-se uma acusação de que nós estamos denunciando que se está criando cargos. Não, o PSOL tem cargos também; todos os partidos têm cargos, têm assessores. Não se trata disso. Há cargos que são necessários. Agora, o que nós estamos denunciando, isso sim, nós estamos denunciando, é que, ao invés de se cumprir simplesmente uma ação judicial – o Janta falou aqui, não dá bola para ação judicial, e vários aqui falaram isso na última sessão –, buscou-se fazer um acordo entre os partidos que têm a maioria na Câmara para criar cargos acomodando os seus interesses! É isso que está sendo votado, é isso que foi votado há pouco. Foi votada uma sétima vaga, que, por sinal, é a do Janta. Essa vaga, a não ser que o Presidente me corrija e diga que não, é a que o Janta entra. O Janta vem fazer discurso aqui de matemática, um discurso totalmente absurdo, não tem nenhuma cientificidade.

(Aparte antirregimental do Ver. Claudio Janta.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Porque o Janta que fica atrapalhando o discurso, que foi líder do Marchezan, líder do Melo, é líder de tudo que é governo, ainda fica atrapalhando os vereadores que vêm, sim, defender ideias aqui e que se guiam na política por ideias - não por cargos! Não por cargos! Por propostas, por ideias! E nós achamos que é um erro político da Câmara ter feito esse tipo de engendro para contentar, sim, a base de sustentação do governo, essa mesma base que infelizmente sustentou boa parte do governo Marchezan e depois rompeu com o governo Marchezan. Em parte, a ruptura com o governo Marchezan foi, sim, por falta de distribuição de cargos e agora querem se “coesionar” ao redor dessa metodologia para seguir votando contra os interesses populares. E agora querem tirar dois cargos efetivos, porque é isso que está sendo votado agora, esse é o próximo projeto. Então, extingue dois casos efetivos da Câmara de Vereadores e esses dois cargos efetivos vão ser, a partir de agora, gerenciados por quem, se não, pelo Presidente. Não vou aqui questionar o que o Márcio Bins Ely vai decidir em relação a esses cargos. Pode tomar a decisão que quiser, mas eu acho que é um erro metodológico. Nós voltamos a debater a composição da Mesa, porque teve uma ação judicial, e a Mesa teria que simplesmente cumprir e não ficar manobrando, criando cargos, dando sinais políticos totalmente opostos. Aí vêm aqui vários discursarem que não estão preocupados com cargos,

quando nós sabemos muito bem que, já no dia 1º de janeiro, o golpe da exclusão da oposição do controle da Mesa tinha a ver com isso. Então, é um nível de demagogia que não dá para aceitar. Nós nos conhecemos todos e nós, do PSOL, não fizemos nenhum compromisso, nenhum acordo a favor deste tipo de método; um método para acomodar interesses partidários para assim fazer uma divisão do espaço de poder dos recursos da Câmara de Vereadores! O que é isso? Já nos conhecemos há muito tempo. Então, não venham aqui, partidos enterrados até o pescoço em esquemas de corrupção, fazer discursos acusando a moral do PSOL. Nós não vamos dar voto para esse tipo de acordo; nós queremos que se cumpra, simplesmente, a ordem judicial. Foi cumprida e, como foi cumprida, nós não fizemos novamente uma luta política para tentar substituir o Márcio da presidência, porque o Márcio havia, sim, obtido a maioria dos votos, dos 26 vereadores. E é por isso que eu votei no Márcio. Nós estávamos, na última sessão, simplesmente, tratando de garantir que o acordo fosse cumprido; o acordo para garantir a ordem judicial. E, por sinal, a Ver.^a Nádia, que está aqui, que eu saiba é vice, vice do governo Melo, não votou na indicação da Laura, mostrando que, nem nesse ponto de vista, a Ver.^a Nádia tinha interesse de cumprir nenhuma ordem judicial. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Roberto Robaina. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PR nº 010/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Primeiro, eu quero dizer que o Ver. Robaina deve estar com amnésia, pois o discurso é um e a prática é outra. Eu fui líder do governo Marchezan, saí da liderança para poder ingressar na justiça para garantir a segunda passagem e o cargo do cobrador de ônibus. Ponto. Agora, V. Exa. fala muito em cargo, CC, mas o senhor foi CC desta Câmara de Vereadores por oito anos. E o senhor ficou brabo quando colocaram o ponto eletrônico na Câmara, o senhor ficou enlouquecido, Ver. Robaina. Então, não vamos dar discurso, se a prática é outra. Aí o senhor diz assim: “Nós fomos impedidos de dirigirmos a Câmara”. Mas como dirigir a Câmara com três vereadores? Que papo é esse de dirigir a Câmara? O senhor é membro da Câmara. Ou o senhor acha que está numa ditadura, em que o senhor determina como serão as coisas? Não é assim, Ver. Robaina. O senhor tem que se acostumar a conviver com quem pensa diferente, o senhor tem que se acostumar a viver com a democracia e não com o centralismo democrático. Centralismo democrático, na democracia, não funciona. O que vale é a vontade da maioria. Vocês querem continuar o terceiro turno das eleições. Toda hora querendo vincular as coisas ao prefeito, fazendo injustiças. Porque o prefeito, desde o início, estava dizendo que tinha que ouvir, sentar e conversar com as pessoas. Então, mude esse discurso, esta retórica de querer colar coisas nas pessoas. Vocês viveram um bom tempo só de CC. Inclusive, o senhor era CC desta Câmara de Vereadores por um bom tempo, trabalhando numa das bancadas desta Câmara de Vereadores. E o senhor ficou revoltado quando instituíram o ponto eletrônico nesta Casa, quando era CC. Vamos falar a verdade. Fazer discurso na tribuna

é fácil, eu quero ver... E com o senhor vamos ter que fazer que nem... (Problema na conexão.) ...vamos ter que gravar as conversas feitas com o senhor. Porque o senhor fala uma coisa e depois sobe para a tribuna “cantando de galo”, como se não tivesse feito nada, como se não houvesse interesse. Volto a dizer, para as senhoras e senhores que estão nos ouvindo, o sonho do Ver. Robaina é ser presidente de uma comissão, mas, ele quer tudo. Ele quis ser líder e aí, no acordo deles, quem é líder não pode ir para a comissão. Esse é o problema. Ficar dizendo que nós estamos... Eu não escondo de ninguém: eu tenho um cargo na Câmara de Vereadores como todos têm. Então, parem com essa demagogia! E o Ver. Robaina está sendo demagogo, está sendo hipócrita – é até uma expressão forte de se dizer. Volto a dizer: ele foi CC nesta Câmara de Vereadores e, por muito tempo, um CC com um dos salários mais altos desta Casa, e, nessa época, ele não se importava com isso. Agora, ele fica dizendo que nós queremos acomodar cargos; nós não queremos acomodar ninguém, pois nós temos espaço sobrando para cargos aqui nesta Câmara. E nós não podemos ter uma Mesa Diretora com número par, para no caso de haver alguma discordância, uma Mesa Diretora que dá sempre empate. Neste momento, a nossa Mesa está com seis membros e, agora, com o 4º Secretário, ela será formada por sete membros. E, para mim, Ver. Robaina, não tem problema nenhum. O senhor já me lançou candidato a esse cargo, e eu estou me adiantando que eu sou candidato a ele. Espero que o senhor dispute comigo esse cargo e traga seus argumentos para a tribuna. Agora, pare de demagogia, pare de ir à tribuna “cantar de galo” e, depois, nos bastidores ser um pintinho. Então, o senhor pare com isso. Isso não pega bem para um homem que tem uma história pública como a sua. O senhor fez o acordo, agora, o senhor cumpra com ele. O senhor pode ter se arrependido de ter feito o acordo, pode ter puxado a sua orelha, aí é diferente, agora, dizer que o senhor não fez o acordo, por favor, Ver. Robaina, pois aí nós vamos ter que começar a gravar o que a gente acerta com o senhor. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Janta. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PR nº 010/21.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, eu estou aqui acompanhando atentamente as discussões, como fiz no projeto anterior, e gostaria de fazer um registro neste projeto em especial, para que todos percebam a posição que será adotada pelo partido Novo e pelo seu líder, Felipe Camozzato. Este projeto realmente cria despesas para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Isso é evidente. Os cargos que estão sendo extintos, que necessitam de concurso, não são preenchidos no atual momento; ao serem extintos, abrindo dois novos cargos por indicação, dois novos CCs, ou duas assessorias, e isso gerará ônus para a Câmara Municipal de Porto Alegre. Eu quero ver como ficará a contradição no discurso do partido Novo, no qual o seu líder, Ver. Felipe Camozzato tanto diz zelar pelos recursos públicos da capital dos gaúchos. Um grande abraço a todos e gostaria apenas

de fazer a discussão nesse sentido para evitar discursos populistas e demagógicos. Um grande abraço para todos e vamos à votação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Alex Fraga. O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PR nº 010/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Sobre essa colocação do Ver. Alex Fraga, que está substituindo o Ver. Pedro Ruas, eu quero dizer que faz muito sentido a sua colocação, eu concordo com ela em certa medida e tenho uma sugestão muito simples para a gente fazer essa economia que o senhor está propondo, qual seja, exonerarmos todos os nossos cargos de confiança dos nossos gabinetes. Aí, assim, a gente vai conseguir cumprir exatamente o que o senhor está propondo. Porque o que está sendo colocado pelo vereador é que esses cargos que estão sendo extintos não estão sendo ocupados, por isso não teriam reflexo financeiro. Para não ter reflexo financeiro também, o exemplo que eu posso dar para o senhor é que o senhor exonere todos os cargos de confiança do PSOL, da sua bancada, que também terá o mesmo efeito, então, poderíamos fazer a extinção desses cargos, porque daí não haveria impacto financeiro. Só quero observar que, quando o discurso é para atacar aqueles que se opõem ao seu pensamento, acaba-se fazendo uma distorção dos fatos. Se esses cargos não estão sendo ocupados neste momento, eles serão extintos e, pelo seu argumento, nós estaríamos aumentando os gastos na Câmara, porque, como não estão sendo ocupados, e passarão a ser ocupados, isso aumentará os gastos. Então, vamos fazer o raciocínio inverso: vamos demitir todos os cargos de confiança, extinguir esses cargos, pois aí a gente vai atingir o mesmo objetivo que o senhor está propondo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Jessé. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PR nº 010/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Eu fico muito satisfeito e até agradeço ao Ver. Alex por me dar oportunidade de falar um pouco mais sobre a posição do NOVO. É fato que o NOVO tem uma preocupação muito grande com a economia de recursos. Não é à toa que eu fui o vereador mais econômico na legislatura passada, não é à toa que o NOVO tem sido o partido mais econômico aqui na Câmara, e, obviamente, essa foi a razão central da nossa preocupação com este projeto e outros tantos. Por isso que eu fiz questão de falar sobre as economias que a Câmara vem tendo nos últimos quatro anos, sobre a devolução de recursos que nós fizemos no primeiro, e para dizer também da procedência da afirmação do Ver. Alex, que está correto em dizer que os cargos hoje não estão ocupados, mas estão sendo extintos, eles não poderão vir a ser ocupados, isso é uma coisa de caráter

permanente. A gente está discutindo aqui custo efetivo, gasto efetivo *versus* gasto potencial. É válido lembrar que, dentro desse debate, ao NOVO interessa que o nosso gasto efetivo se reduza, e nós fazemos por onde. Nós não só não nomeamos todos os cargos a que temos direito, como nós damos exemplo, nós saudamos os nossos colegas vereadores que vêm fazendo o mesmo, inclusive com muitos colegas superando as nossas economias nos últimos tempos, o que é muito bom, o cidadão agradece, aliás. Uma pena que o PSOL não está entre esses grupos, uma pena que o PSOL não colabora nesse sentido. O PSOL nunca esteve entre os parlamentares mais econômicos, o PSOL usa todos os cargos a que tem direito, o PSOL briga nesta Câmara e nesta tribuna porque não ganhou o seu cargo, porque é isso que interessa nas falas dos vereadores do PSOL aqui. Estão reclamando porque não têm o seu cargo; se tivessem o seu cargo, eles estariam assinando esse acordo. O problema dos vereadores do PSOL é que o PT ganhou cargo, é que o PCdoB ganhou cargo, e eles não, Ver. Cecchim. O problema do PSOL não é um problema de economia de recurso público, que é a preocupação do NOVO, que sempre teve e que sempre fez por onde. O problema do PSOL é a inveja, inveja por não conseguir construir um diálogo com os seus pares vereadores. Inveja por fazer política de aparências e não de prática efetiva. O PSOL, que tanto diz se preocupar com o pobre, o PSOL vai lá e jorra dinheiro público, como a deputada Fernanda Melchionna fez, durante o período de pandemia, com passagem aérea. O PSOL é o partido que vota contra o marco do saneamento, quando a gente sabe que a população pobre é a que mais sofre com a falta de esgoto e a falta de água encanada. O PSOL é justamente o partido mais hipócrita que existe entre coerência do discurso e da sua prática. Fica evidente ao trazer a história de um dos vereadores desta Casa que, até então, era CC e depois saiu para a Assembleia, quando se instituiu o ponto, porque não queria bater ponto aqui na Casa. O vereador traz o assunto aqui na Câmara, mostrando a contradição do discurso. Eu fico muito feliz que o Ver. Alex...

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Daí o Robaina vem aqui e me acusa de caluniador e de babaca. Esse tipo de comportamento é o típico comportamento do PSOL. Eu fico muito feliz que o NOVO, com tão pouco tempo de vida, já ocupe esse espaço no debate público.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, vereador. Queria cumprimentá-lo pelo seu discurso coerente, e aqui a coerência, junto com o cumprimento de acordos, têm muito valor. V. Exa. estava falando em gasto de dinheiro público. Nesta eleição, eu me senti um sem-teto, um mendigo em relação aos gastos de campanha que o PSOL fez. Dinheiro público do Fundo Eleitoral. Fortunas o PSOL gastou, e isso mostra a falta de coerência, como V. Exa. tem declarado. Parabéns.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): É verdade, obrigado, Cecchim. Inclusive o Ver. Alex Fraga, que ficou na suplência, não recebeu valores no mesmo montante que dois vereadores que foram eleitos, o que mostra também que aquele negócio da democracia e da participação vai até ali: para uns, mais; para outros, menos. Então, Ver.^a Nádia, fico muito feliz de ter sido lembrado pelo Ver. Alex, subo com prazer a esta tribuna para defender a posição do NOVO, e, obviamente, o NOVO seguirá dando exemplo e seguirá cobrando, junto com os meus colegas, que a Câmara economize mais, faça mais, produza mais e, quem sabe até, faça novas extinções de cargos no futuro, porque isso interessa à população de Porto Alegre. O que não interessa é discurso demagógico de vereador, que vem tentar acusar uma posição de coerência entre discurso e prática de um partido que recém chegou, mas que já causa bastante, como o NOVO. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Camozzato. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PR nº 010/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente. Eu fico impressionada de ver esta Câmara com um vereador, neste momento, ameaçando outro vereador aqui na nossa frente. Todos somos adultos, e isso é até caso de polícia, porque ameaça é crime. Quero dizer para vocês, queridos colegas, que houve uma readequação...

(Tumulto no plenário.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Por favor, gostaria que parasse o tempo, porque eu acho que o Ver. Robaina perdeu a compostura.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu vou garantir o tempo para a Ver.^a Nádia. Por gentileza, vamos garantir a palavra à Ver.^a Nádia, que está com o seu tempo garantido. (Pausa.) Por gentileza, muito obrigado, agradeço a compreensão.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente. Quero aqui parabenizar o Ver. Camozzato pela sua coerência e dizer que é lamentável um vereador, que, aliás, até vou dizer o nome, o Ver. Robaina gosta muito de citar o meu nome e, geralmente, quando eu não estou na tribuna ou não estou na sessão, porque aqui fica grandão. Na tribuna, se engrandece; lá embaixo, ele já vem pedindo desculpas. Quero dizer para vocês, vereadores, que nós vamos continuar falando que houve uma readequação de cargos, e essa readequação de cargos, com extinção de alguns, gera uma economia de R\$ 104.650,32 para a Câmara de Vereadores, e que, infelizmente, o PSOL não quer fazer. Só que amanhã, é bom a gente falar aqui para os vereadores mais novos, vai estar estampada no jornal essa demagogia barata, que é falada ano após ano por

conta do PSOL. Acordo é acordo. E eu vou dizer bem para ti, Ver. Robaina, que eu não descumpro ordem judicial, porque ninguém manda no meu voto. Aliás, vindo da Brigada Militar, eu sou extremamente legalista: não sou pula-catraca, não sou *black bloc*, não gosto de anarquia, que, aliás, me parece que alguns gostam. Não invado a Câmara. Aqui é local de quem está eleito, e muitas vezes eu falei isso. É bom lembrar que, para aqueles que invadiam, Jessé, eu dizia: “Invasão aqui não, ocupa o teu espaço”. Agora, demagogia não. Nós nos conhecemos. Aqui tem gente que tem história, não venham cortar histórias e nomes das pessoas que estão aqui, porque isso tem que ser falado para os eleitores lá fora. Em vez de nós estamos, neste momento, tocando pautas importantes para Porto Alegre, estamos aqui tendo que falar para o PSOL, que teve, muito bem lembrado pelo Ver. Cecchim, uma das campanhas mais caras do Município num momento de pandemia, quando os pobres, que tanto vocês defendem, estavam passando fome. Mais de um milhão, dito aqui pela Ver.^a Fernanda Barth. Isso é incoerência, a teoria que não casa com a prática. Não sejamos hipócritas aqui. Ver. Camozzato, parabéns, tem em mim a sua testemunha da ameaça que o Ver. Robaina fez ao senhor. Ameaça é crime. E aqui ninguém tem medo de grito de homem ou de mulher, aqui nós vamos fazer o nosso trabalho, e é bom que a população de Porto Alegre saiba o que acontece aqui dentro. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PR nº 010/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, temos que falar com o povo de Porto Alegre, que é quem está nos assistindo, que é quem mantém esta Casa de pé; não somos nós, é o povo, que foi às urnas no dia 15 de novembro e decidi que estivéssemos aqui, mas para fazer o debate franco, não para inventar *fake news*, inventar factoides. No dia em que votamos aqui, segunda-feira, um grupo de vereadores foi ali dizer que não, porque não aceita o Judiciário – quando serve, eles aceitam o Judiciário; quando não serve para os seus interesses, não são acolhidos, o Judiciário não serve. E aí vem à tribuna atacar o Ver. Robaina! Estão atacando o Ver. Robaina por quê? Nós já votamos, o PT votou, o PCdoB votou o cargo da 4ª secretaria, agora tem sete na Mesa, e tem gente que vem aqui dizer... Paladino da economia! Paladino da economia! Votam no Congresso Nacional por privatização, que vai deixar o povo sem recursos. O partido NOVO vota a todo momento para vender o Brasil e entregar para os “States”, como dizem, o patrimônio do povo brasileiro. Aí vem aqui dizer que economiza aqui, economiza ali! Mas estavam fazendo parte! Não vão estar na presidência de alguma coisa ano que vem, de alguma comissão permanente? Não vão nomear CC? Pelo amor de Deus! Não adianta vir para cá fazer intriga, o fato é que Laura Sito teve 29 votos, e a Ver.^a Nádia não votou, porque é vice-líder do governo. Essa é uma pergunta para a senhora responder para o povo de Porto Alegre, não para nós. Estão criando cargos, mas esses cargos, eu acho que a gente tem que pensar como

pensam as bancadas, e nós cumprimos o acordo do Partido dos Trabalhadores. Está aí a 4ª secretaria, tem sete agora à Mesa – até ajuda nos desempates. Fico perguntando qual é o objetivo daqueles sete vereadores que votaram contra a proporcionalidade garantida pela justiça. Porque está no Regimento, caros vereadores, povo de Porto Alegre. Nós fomos à justiça, os dez vereadores da oposição, porque a proporcionalidade não foi respeitada. Aí dizer que induzimos o Judiciário ao erro? O que é isso? São juízes, desembargadores... Ninguém induz o Judiciário. A gente leva, aponta. O que houve aqui foi a composição naquele dia, 1º de janeiro, de uma maioria irreal e contra o Regimento da Casa. A justiça corretamente restituiu isso, e nós compusemos aqui a proporcionalidade. E, sim, PT, PCdoB votaram, mas teve gente que não votou naquele dia, o PSOL votou! Teve gente que não votou, e são esses mesmos que vêm aqui e que, aquele dia, inclusive, ameaçaram o próprio governo, porque iam botar por água abaixo toda a estruturação administrativa do governo Melo – foram esses vereadores que arriscaram aquele dia; não foi a oposição, que queria proporcionalidade. Os vereadores foram ali e se abstiveram. Por quê? São questões para serem respondidas ao povo de Porto Alegre. Não adianta vir aqui dizer que economiza A, economiza B ou C, se os parlamentares do Brasil afora estão vendendo patrimônio do povo brasileiro, privatizando, carregando folhinha para juntar assinaturas. “Vamos privatizar isso, vender isso, vender aquilo outro...”

Para concluir, Presidente Márcio, nós votamos no Presidente Márcio, votamos em todos os cargos; teve gente que não votou na Laura Sito. Por quê? Se era um acordo? Era ou não era? Fica a pergunta.

Acho que muita gente tem que botar a mão na consciência, quando atacam um vereador A ou B para fazer intriga. Não é momento disso; é momento de respeitar o que o Judiciário trouxe, respeitar os acordos que se colocam, a palavra empenhada. É isso, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PR nº 010/21.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Presidente. Rapidamente quero fazer um registro aqui, Ver. Robaina – acho que ele esqueceu que eu fiz esse mesmo discurso em 2017. Eu não aceito que o senhor generalize e chame todos os seus colegas de corruptos, que foi isso que o senhor fez de tabela por causa das suas agremiações políticas. Eu sempre subi à tribuna dizendo que a gente sempre pediu a expulsão, pediu a prisão, a restituição de dinheiro desviado por corrupção, e eu disse que isso era injusto. Eu disse que não aceitava, por exemplo, naquela época, que dissessem que o governador Sartori era um homem desonesto por causa dos comportamentos do MDB nacional; dei exemplos do PSDB, porque pedi expulsão de vários parlamentares – do Richard, do Eduardo Azeredo, do Aécio – pedindo prisão, e que eu não concordava, por ser da mesma agremiação, em fazer esse discurso que a

gente ouve por aí de “fulano guerreiro do povo brasileiro” para condenados por corrupção. O seu partido, Ver. Robaina, teve o seu primeiro prefeito, de Macapá, impedido de concorrer à reeleição por desvio de dinheiro público; o prefeito Gelsimar Gonzaga; o secretário de cultura do PSOL... A presidente do PSOL do Rio, a deputada Janira Rocha, se não me engano o nome, foi pega numa gravação assumindo rachadinha e chamando isso de cotização; ela está respondendo, teve que dar justificativas. E eu não vou subir na tribuna para dizer que o senhor está atolado em corrupção, porque eu acho que o senhor é um homem honesto. Então, alto lá, Ver. Robaina! Alto lá com a sua generalização! Cada um tem a responsabilidade do seu mandato parlamentar, e eu não aceito a sua generalização, não aceito e jamais vou aceitar. Injustiça comigo não tem vez. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Moisés. A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PR nº 010/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, meus colegas vereadores e vereadoras. Quero dizer que o PCdoB é um partido que tem 99 anos de história, um partido que tem tradição, um partido que tem suas lutas intimamente ligadas com a luta do povo brasileiro, e hoje uma série de citações foram feitas ao PCdoB. Eu quero vir a esta tribuna para dizer que o PCdoB tem representação nesta Casa e que não precisa ser citado por muitos partidos que, inclusive, não se fizeram presentes na construção de um acordo democrático que envolvesse a plenitude desta Casa. Eu quero dizer que, infelizmente, nesta Casa, nós vemos cenas piores do que a gente vê na rua, de vereadores que não conseguem resolver seus problemas na tribuna, sustentar os seus atritos na tribuna, porque, quando o povo nos elege, nos elege para disputar no campo das ideias. Nós estamos aqui para dizer que o PCdoB fez o que se comprometeu a fazer, e faria novamente se fosse necessário, para que o povo se sentisse representado nesta Casa. Eu canso de falar neste microfone que mulheres como eu se encontram aqui na limpeza e na manutenção e querem sim se enxergar nesta Mesa, querem sim se enxergar nas comissões, porque é da nossa vida que elas tratam. Eu quero dizer para os vereadores e vereadoras, vereadores que inclusive se elegeram dizendo que doariam metade dos seus salários, que a gente precisa vivenciar essas coisas na prática, a gente precisa falar que, quando se... (Problemas na conexão.) ...A gente tem que se comprometer com a política que defende, o PCdoB tem compromisso e se coloca do lado que se compromete. Nós não temos nem uma, nem duas palavras; quando a gente firma compromisso, nós nos comprometemos. Nós firmamos compromisso com a 4ª secretaria e nós votamos favoráveis a isso. Nós não nos comprometemos com a criação de cargos, porque a criação de cargos não olha para a plenitude da Casa, ela não fala da proporcionalidade, e com essa falta de proporcionalidade nós não nos comprometemos.

Então, vereadores e vereadoras, com muito respeito eu defendo aqui que o nosso debate seja no campo das ideias e que seja respeitoso, porque o povo que está lá nos assistindo respeita a Câmara de Vereadores, ele respeita os vereadores e as vereadoras, e que a nossa divergência seja no campo das ideias, porque, quando passa disso, a marca que eu tenho na memória é de uma mulher negra, Marielle Franco, que foi impedida de se manifestar, que teve a voz ceifada e, quando nós passamos dos limites, a gente vai gerando não só nas nossas bases, mas, no campo da política, animosidades. E não é compromisso de nenhum vereador e vereadora desta Casa. Nós vamos ter temas complicadíssimos para enfrentar, nós vamos falar logo mais, aqui, do transporte, do povo que pega ônibus lotado às 7h da manhã, do povo que não consegue mais voltar para casa, que enfrenta o calor terrível desses dias, enquanto nós estamos aqui no ar condicionado, o povo enfrenta os ônibus lotados, Ver.^a Comandante Nádia.

É com isso que esta Casa tem que se preocupar, é a isso que esta Casa tem que se ater, porque, enquanto a gente debate e faz figurações aqui no plenário, lá fora o povo está sem comida, lá fora está acabando o auxílio emergencial, e nós não apresentamos nenhuma alternativa concreta. É com isso que o PCdoB tem compromisso e é com isso que nós vamos seguir nos comprometendo. Com a saúde, que não tem ainda um calendário efetivo de vacinação, que vai e volta e até hoje na prática o povo não sabe quando vai sair dessa pandemia. Então, gente, eu peço encarecidamente, uma jovem, uma das primeiras vezes que utiliza desta tribuna, mais respeito, vereadores. Mais respeito! Nós precisamos manter o mínimo da civilidade, os vereadores se enfrentando de forma respeitosa. Esse é o nosso registro.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Bruna Rodrigues. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PR nº 010/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu só voltei a ocupar a tribuna, Sr. Presidente, porque eu me inscrevi e eu respeito as inscrições. Ver.^a Bruna Rodrigues, eu gostei quando a senhora falou da falta de respeito, e é verdade. O Ver. Felipe Camozzato estava aqui na sua fala, veio o Ver. Roberto Robaina aqui e o ameaçou e chamou de babaca. E qual é a reação do Ver. Felipe Camozzato, que é muito calmo? Eu acho que se fosse outro vereador provocaria uma briga com o Ver. Roberto Robaina, e ele não fez isso, ele foi discutir. Então nós temos que ter o conceito de respeito com todos, os dois lados, e eu tenho certeza que nesse episódio o próprio Ver. Roberto Robaina, até o final desta sessão, vai se desculpar ou se acertar com o Ver. Felipe Camozzato, e é assim que deve funcionar o Parlamento. Não diminui ninguém se desculpar, mas eu tenho certeza de que esses acordos têm que ser cumpridos até o fim, porque, senão, eu tenho que voltar nesta tribuna e fazer um desafio: ah, não é cargo? Então não ocupem os cargos que estão à disposição. Não querem criar os cargos, onde essa criação – eu estou com o

diretor me dando os dados – economiza 198 mil por ano, além de não criar despesa, diminui a despesa, se tivesse com aqueles cargos efetivados. Então nós temos que ter muito cuidado, cumprir os acordos e votar até o fim. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador. O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PR nº 010/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; vereadores e vereadoras; público que nos assiste; povo de Porto Alegre. Como a esmagadora maioria dos vereadores que falaram, falaram pelos seus partidos, eu também falo aqui em nome do PSB e quero dizer que eu estava bastante tranquilo com relação aos acordos que se firmaram e que eu não estive presente até por estar em isolamento total. Não participei dos acordos, mas, quando nós votamos, e acompanhei os discursos e as propostas, mais um cargo, melhor, a proposição de a levar para Mesa e votei favorável à Ver.^a Laura Sito, antes daquela votação foi firmado, sem assinaturas, mas foi firmado acordo de que se criaria mais uma secretaria na Mesa Diretora. Ora, se houve o acordo para mais um cargo na Mesa, eu faço parte da Mesa há décadas – fui Presidente; na última legislatura, fui secretário –, os membros da Mesa têm um cargo em comissão, quem não quiser não precisa nomear, mas tem. Se nós não votarmos esse cargo em comissão agora, pelo o que eu estou entendendo, um membro da Mesa não terá um CC, ao menos à disposição, para votar se quiser. Portanto, concordo que é preciso apaziguar os ânimos, compreender que a disputa de ideias é salutar, que não precisa de agressões, mas, amigo Oliboni, bancada da oposição, uma vez - posso estar errado -, mas uma vez comprometido com a 4^a secretaria, ela deve vir naturalmente com um CC. Se estou errado, me corrijam, mas essa é minha posição e eu vou votar favorável. Aquele abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, nós temos um convidado, melhor, ele se ofereceu para vir até aqui, o Sr. Luiz Fernando Záchia, secretário da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, para falar sobre o transporte. Já são 16h, temos inscrições, temos assuntos e temos a reunião conjuntas das comissões para fazer. Eu queria pedir desculpa ao secretário pelo nosso atraso e convidá-lo – sim, convidá-lo, porque desta vez ele veio de livre e espontânea vontade– para que marcássemos um próximo dia, secretário, para que V. Exa. tenha a tranquilidade de vir aqui na hora marcada e a hora marcada ser cumprida, para que possa explicar as suas ideias e o que está acontecendo no transporte público de Porto Alegre, que é um assunto

urgente também. Então, Presidente, agradecemos ao secretário e marquemos para um próximo dia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para a próxima quarta-feira. Agradeço a compreensão e desculpe, secretário. Estão suspensos os trabalhos para cumprimentarmos o secretário.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h07min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h08min: Estão reabertos os trabalhos. Agradecemos a compreensão, seguimos aqui a nossa pauta da Ordem do Dia. Na próxima quarta-feira, receberemos, com muita honra, a presença do secretário Luiz Fernando Záchia.

Em votação o PR nº 010/21. (Pausa.) O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde. A Ver.^a Bruna Rodrigues me citou de maneira indireta, assim como há entendimento de que o Ver. Roberto Robaina foi citado de maneira indireta. Eu entendi que eu fui acusado de prometer doar metade do salário da Câmara de Vereadores, não é uma acusação, eu, realmente, me comprometi com os eleitores para fazer doação de metade do meu salário, assim como eu fazia em Viamão enquanto vereador desde o início da pandemia. Tenho todos os extratos para comprovar as doações. No Município de Viamão, fiz a doação para o Instituto de Cardiologia – Hospital Viamão, majoritariamente, que era o único hospital que atendia um grande percentual pelo SUS lá no município, e, sim, eu me comprometi com as pessoas, que confiaram o mandato a mim, a doar metade de meu salário de vereador aqui na cidade de Porto Alegre. Eu convido a vereadora a somar a esse esforço para entregar melhorias diretamente para a comunidade ou para instituições em que ela acredita e diz que defende, para sair um pouco do discurso e partir um pouco para a prática. Sei que, embora tenhamos aqui, como vereadores de Porto Alegre, emendas impositivas, isso demonstraria um esforço pessoal, acima daquilo que a gente pode indicar como emendas impositivas. E, sim, eu me comprometi; já iniciei, inclusive, a cumprir essa promessa. Eu criei uma conta específica pela qual presto conta dos gastos; inclusive, não peguei inteiro o primeiro salário que recebi porque, como os senhores sabem, uma parte do salário sai dia 12, e a outra parte é dia 27, se não me engano. O adiantamento do dia 12 acabou ficando no banco pois não precisei; no dia 27, fiz uma doação de 50% para uma conta específica, da qual vou prestar contas para as pessoas que confiaram em mim, inclusive para quem não confiou. E uso como sugestão para que os outros mandatos também o façam! Até queria aproveitar e comentar que, quem pode ter a oportunidade de pegar meu panfleto, vou cumprir todas as promessas que coloquei nele. Então, se alguém estiver um pouco preocupado com o que prometi ali, pode já começar a esperar que vamos encaminhar todas as demandas que colocamos ali. Peço, inclusive, que os próprios vereadores que

se sentirem incomodados com isso possam me acionar, de alguma maneira, no comitê de ética ou onde seja, caso eu não cumpra aqueles compromissos que acabei encaminhando no período eleitoral. Só para falar sobre a questão dos gastos, da economia dos vereadores, eu e alguns vereadores fizemos a economia de grande parte da verba de gabinete, e eu acabei economizando, no mês de janeiro, 100% da verba de gabinete, assim como os vereadores Fernanda, Bobadra, Camozzato, Mari. E eu entendo que essa economia acaba sendo mais um gesto do que, de fato, algo que represente uma economia para a cidade. Obviamente, economizei R\$ 17 mil, alguns vereadores também economizaram esse valor, no final do ano vai voltar para o Executivo, mas, o melhor investimento é a boa utilização desse recurso para prestação de serviço para a comunidade. Como eu fiz o compromisso de não gastar esse dinheiro, estou prestando conta, mês a mês, do dinheiro que não gastei e do dinheiro que estou doando, destinado para causas sociais e projetos sociais. Mas não entendo que deva existir uma demonização do dinheiro bem utilizado para prestar serviços públicos para a cidade, até porque, senão o que faríamos no orçamento de final de ano? Seria muito melhor, nessa filosofia, devolver todo o dinheiro para a cidade, não fazer nenhuma intervenção pública, mas, pelo contrário, todos nós aqui vamos utilizar as emendas impositivas para atendimento de demandas que entendemos serem prioritárias para a cidade. Sabemos que metade delas tem que ser para a área da saúde, mas todos nós temos direito, e não ouvi nenhum vereador dizer que vai deixar de indicar as emendas impositivas no final do ano para o próximo exercício orçamentário. Então, sim, prometi; na verdade, me comprometi e mês a mês vou prestar esse esclarecimento ao meu eleitor. Se os outros políticos quiserem acompanhar, podem seguir minha página onde vai estar a prestação de contas para quem quiser fazer a fiscalização do dinheiro que me comprometi doar e estou doando. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Jessé. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 010/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Quando há uma situação como essa, em geral, quando tem uma busca por criar cargos, por decidir questões que não gostam que a população acompanhe, há um certo esforço para intimidar quem não entra no jogo, quem não participou do acordo. E eu acho que, no caso da 4ª secretaria, eu disse para o Oliboni. O Oliboni teve que dar aquela declaração a favor, porque ele estava sendo pressionado; na prática, chantageado, na linha: ou dá o acordo ou vocês não têm o direito de participar da Mesa Diretora. Agora, aqui, o que estamos votando é a criação de dois cargos. Qual é o método que o centrão da Câmara Municipal, porque quem dirige a Câmara Municipal é o centrão – esse centrão que a gente vê no Congresso Nacional é o método que opera aqui na Câmara Municipal. É lógico que sempre há um esforço destes vereadores que têm esse método de evitar que essa realidade saia das quatro paredes da Câmara. E nós não estamos dentro dessa

metodologia – não contem conosco para essa tentativa de impedir que a população saiba o que ocorre aqui dentro. Nós vamos sempre dizer o que ocorre aqui dentro, nós não temos medo de dizer o que ocorre aqui dentro. Então, qual é o método da linha do centrão? É criar confusão. Então, nós estamos aqui discutindo um projeto que cria dois cargos. Aí, bem, acusa-se o PSOL de ter muito dinheiro na campanha eleitoral, acusam-me de ser coordenador de bancada, aí se debate tudo, menos o projeto. O que a população tem que saber é que há uma tentativa de criar mais dois cargos de comissão, cargos com altos salários. Isso é a coisa mais grave do planeta? Não, esta Câmara votou coisas muito piores. Os vereadores que estão apoiando essa linha votaram coisas muito piores e se preparam para votar coisas muito piores. Preparam-se, por exemplo – essa é a base do acordo entre eles – para votar a reforma da previdência, Jonas, preparam-se para aumentar a idade – espero que não todos, espero que não todos, porque aí eu não vou estar sozinho, desafiando essa política, aí nós vamos ter povo olhando o que se vota aqui dentro. Essa é a nossa aposta. Então, o que está se votando aqui é a criação de dois cargos, é contra isso que nós, do PSOL, vamos votar, ponto! Senão é o método da...

(Aparte antirregimental do Vereador Claudio Janta.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente, é o Ver. Janta que está atrapalhando novamente? Ele pode falar – nós estamos num debate político, que evidentemente é um debate de partidos. Eu vejo sempre o Moisés – ele tem razão, porque quando eu faço a análise dos partidos – eu não vou individualizar. Por exemplo, quando eu falo do PSDB, o Moisés, é a segunda vez que ele reclama, ele diz: não diga que eu sou corrupto pela acusação que tu fazes aos líderes do meu partido. Eu admito, mas o que o Moisés tem que admitir também é que os líderes do seu partido, fundamentalmente no caso desse debate do Aécio, eram chefes de um esquema de corrupção, não era um vereador, eram as lideranças do PSDB, assim como eu penso que as lideranças do MDB, as lideranças do PTB... Eu tenho essa visão desses partidos. Essa é a visão que eu tenho e a externo com clareza; agora, por eu achar que o MDB é dirigido por políticos que servem aos interesses dos mais ricos, têm esquemas de corrupção – eu não vou dizer que o Cecchim é isso, mas eu tenho uma análise do MDB, por isso que eu sou do PSOL. Então, o embate entre os partidos não é uma desqualificação do indivíduo, do vereador que pertence a esse partido, mas é um alerta, é um alerta para a população de que cada um faz suas escolhas, de que cada um constrói os seus projetos. E, quando estou aqui, tratando de contestar essa política de criação de cargos, em última instância, estou tratando também de começar já uma resistência contra uma política que estou vendo sendo preparada, de ataque a servidores públicos, de ataque à Procempa, de privatização do DMAE. Então, evidentemente, eu, como líder do PSOL, sinto-me na obrigação de mostrar para a população quais são os métodos que estão sendo usados para “coesionar” a base de sustentação do governo Melo na Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Robaina. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada para votação do projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PR nº 010/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PR nº 010/21.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, primeiro, eu queria pedir aqui ao próprio Ver. Oliboni que esclarecesse quem o constrangeu, quem o chantageou – eu não vi nada disso que o Ver. Robaina falou da tribuna. Então, o Ver. Oliboni terá a oportunidade de dizer quem o fez, eu não conheci ninguém e não vi ninguém fazer isso.

Outra coisa, eu gostaria de deixar registrado que, no momento em que os vereadores e as vereadoras solicitassem o preenchimento do cargo da Mesa e da comissão, fizessem isso por escrito para que a gente possa dar publicidade, porque eles querem o cargo, sim, mas não é isso o que eles estão fazendo ao votar “não” aos cargos!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está registrado, vereador.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Presidente, eu já gostaria que a Ver.^a Laura Sito não ocupasse os dois cargos da Mesa, pois ela votou “não”; então eu acredito que, por coerência, ela não deveria estar. E fico muito orgulhosa do meu voto e dos votos de mais seis vereadores, de dizer que nós nos abstermos porque nós não aceitamos que haja uma quebra da soberania da Câmara de Vereadores através de outro poder. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, está registrado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o SEI nº 055.00001/2021-42 – Representação apresentada pela Ver.^a Mari Pimentel contra o Ver. Jonas Reis, por suposta infração ao Código de Ética Parlamentar.

Apregoo o PR nº 012/21, de autoria da Mesa Diretora.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1103/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 102/18, de autoria do Ver. José Freitas, que determina a prioridade de atendimento no Município de Porto Alegre e garante acesso aos assentos prioritários no transporte coletivo às pessoas que realizam tratamento de quimioterapia, radioterapia, hemodiálise ou que utilizam bolsa de colostomia.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. André Carús: pela aprovação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Cláudio Conceição: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 10-02-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 102/18. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, colegas vereadores, público que nos assiste. É um projeto bem simples, porque a gente tem a sensibilidade de pessoas que estão em tratamento, a dificuldade que passam, inclusive, no transporte público. (Lê.): “Determina a prioridade de atendimento no Município de Porto Alegre e garante acesso aos assentos prioritários no transporte coletivo às pessoas que realizam tratamento de quimioterapia, radioterapia, hemodiálise ou que utilizam bolsa de colostomia. Art. 1º - Fica determinada no Município de Porto Alegre a prioridade de atendimento às pessoas que estejam realizando tratamento de quimioterapia, radioterapia, hemodiálise ou que utilizem bolsa de colostomia. Parágrafo único: A prioridade a que se refere o *caput* deste artigo será observada no atendimento em filas de instituições bancárias, casas lotéricas, supermercados, hipermercados ou congêneres, e em órgãos públicos municipais em que houver atendimento ao público. Art. 2º - As empresas de transporte coletivo deverão disponibilizar às pessoas a que se refere o *caput* art. 1º desta Lei o acesso aos assentos prioritários dos veículos. Art. 3º - O benefício de que trata esta Lei valerá para o período [vejam o detalhe, é somente para esse período] em que o paciente estiver realizando um ou mais dos tratamentos referidos no *caput* do art. 1º. Art. 4º - O Executivo Municipal regulamentará esta Lei, estabelecendo normas e critérios para concessão de documento comprobatório das condições elencadas no *caput* do art. 1º”.

O objetivo dessa lei é minimizar os inúmeros desafios que um paciente em tratamento dessa doença – por exemplo, o câncer – enfrenta diariamente na busca pela cura da enfermidade. A prioridade engloba atendimento em filas de instituições

bancárias, casas lotéricas, não somente nos coletivos, hipermercados e órgãos públicos municipais e assentos prioritários em ônibus. Municípios onde já existe: no estado de Sergipe; nos municípios Caruaru, em Pernambuco; Paulínia, em São Paulo; Camaquã, no Rio Grande do Sul; Campina Grande, na Paraíba. É um projeto simples, encaminho e peço a todos os colegas que votem favoravelmente. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. José Freitas.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Na reunião de líderes, hoje, pela manhã, nós decidimos que votaríamos os projetos da Mesa e das frentes. Como houve um pequeno problema em relação ao acordo das frentes em algumas colidirem, por iniciativa de alguns vereadores, foi dado tempo para votarmos o projeto das frentes na próxima quarta-feira. Não foi discutido votar nenhum projeto hoje, não foi decidido. Não sou contra este projeto que ora está sendo discutido, mas acordo é acordo. Fica para a próxima quarta-feira qualquer projeto. Se há um entendimento que podemos votar este projeto por uma questão que já está sendo discutido, até concordamos, mas não foi esse o combinado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Só para esclarecimento. Nós tínhamos feito um encaminhamento de Ordem do Dia, na semana passada, que nós votaríamos o projeto das frentes e esses dois projetos dos vereadores Moisés e José Freitas na segunda-feira. Nós não votamos nada na segunda-feira, tendo em vista essa situação toda que ocorreu em torno da decisão judicial, e hoje, na reunião de líderes, nós decidimos que íamos votar o projeto das frentes na quarta-feira que vem. Na verdade, não deliberamos nada sobre os projetos, mas já estava decidido que eles entrariam na Ordem do Dia da segunda-feira, que já passou. Então, na verdade, não tem nenhuma ilegalidade, nenhum ato controverso. Como o Ver. Moisés retirou o projeto dele, até por uma questão de dar sequência àquilo que foi priorizado pelos líderes na semana anterior, nós demos sequência a esta discussão. O Ver. Aírto Ferronato está inscrito, apenas para que não se faça nenhuma constatação que possa sugerir alguma manobra ou coisa que o valha. O projeto das frentes e os projetos que estão na Ordem do Dia foram priorizados na semana passada, e se discutiu hoje, na reunião de líderes, que o projeto das frentes será votado na quarta que vem. Os projetos que estão na Ordem do Dia e os projetos que foram priorizados seguiam a ordem da segunda-feira. Nós estamos dando sequência àquilo que foi acordado, e houve o entendimento divergente do Ver. Oliboni, mas apenas para que se faça aqui uma observação.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, temos divergência com relação ao projeto do Ver. Moisés. Uma vez que ele retirou, porque nós temos o entendimento que tem que fazer audiência pública, então, a pauta segue normalmente, está superado. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado pela compreensão.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 102/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Estou me inscrevendo até em razão da manifestação do Presidente de que se manteria aberta até que se acertasse algum detalhe do encaminhamento da votação. Vou votar favorável ao projeto, acho muito positivo para a cidade, embora ele tenha dificuldades de aplicação, mas acredito que com um bom decreto regulamentando a lei isso se torne mais fácil. Portanto, acho que o projeto é bom, voto favorável.

Com relação à manifestação do Oliboni, está correta a posição do Márcio de que, na verdade, na reunião de líderes, na semana passada, nós colocamos os projetos do José Freitas e do Moisés no final da fila, depois da votação do projeto das frentes. Como colocamos o projeto das frentes para a semana que vem, vamos votar agora, sim, sem nenhum problema, o projeto que está em pauta. Quero dizer também, José Freitas, que, lá na década de 1970, eu apresentei uma proposta que foi aprovada e que é lei, que está, na minha visão, meio que fora de uso, até por falta de maior divulgação do projeto por parte do Executivo. Na época, apresentei um projeto dizendo que a pessoa estomizada, aquela que usa bolsa coletora, não precisaria passar pela roleta. As entidades, na época, me diziam do perigo que tem a passagem pela roleta e do deslocamento da bolsa. Portanto, vamos manter essa ideia de entrar pelo lado oposto no ônibus – paga a passagem, se for necessário, mas não precisa passar pela roleta – e vamos reservar algumas vagas para essas pessoas que têm, sim, precisam, sim, dessa prioridade. Eu vejo como positiva a votação do projeto, vou votar favorável. Vamos aguardar a emenda do Felipe Camozzato, que está apresentando. Acho que dá para a gente votar o projeto, sim. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLL nº 102/18.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas. Eu vim mais para parabenizar a iniciativa do vereador. Minha mãe faleceu de câncer, e eu tive um avô colostomizado também. Então, eu sei da relevância e da importância desse tipo de projeto. A gente tem muita dificuldade em lidar com essas situações, principalmente quanto ao deslocamento, e as pessoas têm que se deslocar para atendimentos. O câncer pode atingir diversos aspectos de mobilidade, e, muitas vezes, as pessoas têm que gastar, por mais que seja SUS, com medicação, com o próprio deslocamento, tendo um gasto absurdo. Então é importante que a gente possa dar um pouco de conforto para essas pessoas que passam por essas dificuldades. Então vim aqui parabenizar a iniciativa. Eu realmente acho que é isto o que esta Câmara tem

que realizar para a nossa sociedade: prestar um serviço relevante que traga avanços no bem-estar e no acesso aos serviços para a nossa população. Parabéns e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 102/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Presidente; eu gostaria de saudar o proponente desta iniciativa legislativa. Não é de hoje que eu defendo favoravelmente a votação de um projeto do Ver. José Freitas, porque a maioria das suas proposições avançam direitos para a população que tem certas vulnerabilidades, neste caso na questão da saúde. A maioria da população sabe que os grupos arrolados dentro desse projeto de lei são pessoas que têm a sua saúde bastante delicada e que precisam se resguardar e ter um pouco mais de zelo por parte da sua saúde extremamente debilitada. Então, parabéns, Ver. José Freitas, eu vou votar favoravelmente e peço a compreensão dos colegas vereadores e vereadoras desta Casa Legislativa na aprovação deste importante projeto de lei. Infelizmente, fico surpreso com relação ao parecer negativo do Ver. Felipe Camozzato na CEFOR. Talvez pelo vigor da sua juventude, talvez pela sua falta de empatia, talvez pela sua condição social que não precisa pegar o transporte público e não conhece a realidade do serviço que é prestado à nossa população, não conseguiu perceber realmente a extensão e toda a positividade que este projeto tem por trás. Mas, mais uma vez, parabéns ao Ver. Freitas pela sua proposição, vamos votar favoravelmente. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Antes de encerrarmos a discussão, vamos apregoar a emenda.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL nº 102/18.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 01 ao PLL nº 102/18.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 102/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLL nº 102/18. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente, apenas para explicar aos colegas vereadores sobre a emenda, até faço questão de agradecer ao Ver. Freitas, com o qual eu conversei a respeito da emenda e sugeri justamente a adição de pessoas que tivessem dificuldade de motricidade porque poderiam não estar contempladas. O Ver. Freitas prontamente concordou com a emenda, e nós tivemos outros vereadores que quiseram assinar. Agradeço às vereadoras Mariana Pimentel, Comandante Nádia, Fernanda Barth, aos vereadores Jessé Sangalli, Ramiro Rosário, Alexandre Bobadra – não sei se tiveram mais alguns que assinaram, peço desculpas caso tenha esquecido algum nome. Em todo o caso, agradeço e saúdo a iniciativa do projeto. Vejo que o Ver. Alex Fraga está de perseguição, mas não se deu ao trabalho de ler a emenda, falou que eu não tenho empatia pelas pessoas e, justamente, a emenda faz com que nós possamos ter empatia com quem tem problema de motricidade. Talvez o Ver. Prof. Alex, na sua ânsia de fazer debate ideológico, esteja esquecendo de fazer debate para quem interessa, que são as pessoas que têm justamente dificuldades, pois todos nós que assinamos a emenda pudemos contemplá-las com essa iniciativa. Então quero dizer ao Ver. Alex obrigado, mais uma vez, pela sua árdua atenção com a posição do NOVO e com a minha atuação parlamentar e dizer que me sinto muito prestigiado pelo seu afinco. Ele foi meu professor de biologia, então eu sei que é uma questão de professor para aluno, embora eu esteja vendo a Ver.^a Nádia fazendo careta aqui, no caso do Alex aquela história de doutrinação ideológica não funcionou muito bem. Mas em todo o caso, agradeço ao Ver. Alex pela colaboração e já respondo a ele e aos colegas a intenção da emenda e agradeço a todos os colegas parlamentares pelo tempo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 102/18. (Pausa.) Os Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** por unanimidade.

Em votação o PLL nº 102/18. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**. Parabéns, Ver. José Freitas.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão. Convoco os senhores vereadores para a 005ª Sessão Extraordinária, que realizaremos em seguida.

(Encerra-se a sessão às 16h48min.)

* * * * *